RISCO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

1. As bases técnicas para o retorno às aulas presenciais

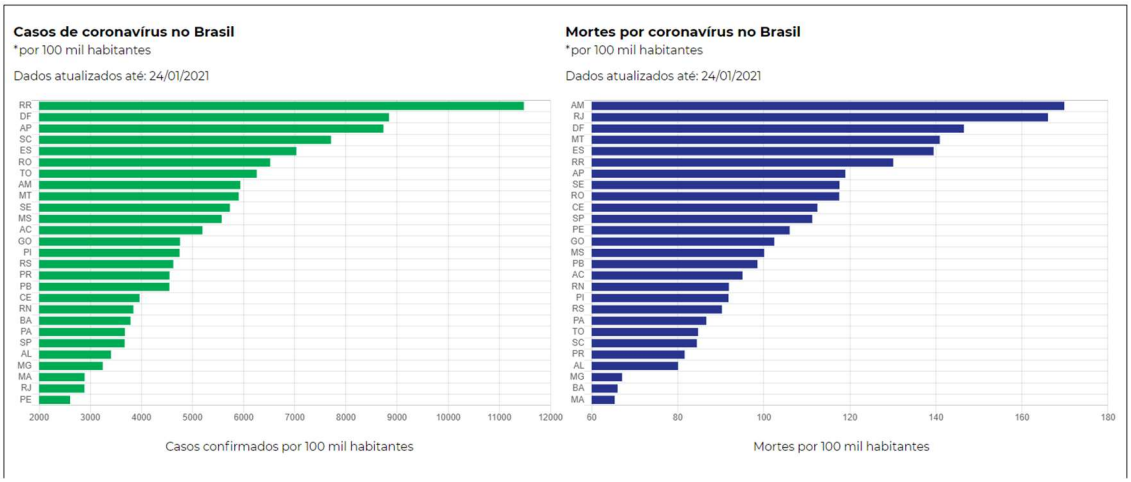
A orientação de especialistas da área de saúde indica que sem redução drástica do número de infectados pela COVID19, o retorno presencial das aulas se torna inviável, dado o alto risco de contaminação.

A Fundação Oswaldo Cruz, órgão do Ministério da Saúde, publicou o documento com o título "Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19", de setembro/2020, documento incorporado entre as referências adotadas pelo Ministério da Educação em seu Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica (outubro/2020).

Neste documento, a Fiocruz apresenta sete Indicadores globais e específicos para a retomada das atividades presenciais (página 6 do documento). Um dos indicadores de retorno às aulas é redução da transmissão comunitária para menos de 1 caso novo por dia por 100 mil habitantes.

À título de ilustração, no dia 07 de janeiro, havia 14,7 casos novos por 100 mil habitantes na cidade de SP e 16,9 casos para cada 100 mil habitantes no Estado de SP. Em Belo Horizonte, a prefeitura divulgou no final de 2020 que a incidência de coronavírus no município é de quase 90 para cada 100 mil pessoas. Novos casos de coronavírus por 100 mil habitantes em BH cresceram 76% neste primeiro mês de 2021.

Em 17 de janeiro, o Brasil apresentava uma taxa de 98,9 mortos por 100 mil habitantes.



Fonte: Congresso em Foco. Dados até 24 de janeiro de 2021.

Estudos recentes – como o da Universidade de Harvard – sustentam que crianças formam o segmento social com poucos sintomas, mas grande transmissor do vírus COVID19. O retorno às aulas presenciais significaria o aumento de contaminação e risco para as populações mais idosas que porventura forem infectadas pelos estudantes[1].

Muitos dos protocolos adotados por governos municipais para orientar o retorno às aulas presenciais acabaram por constituir num conjunto de indicadores que justamente impedem o retorno das atividades nas escolas. Este é o caso da exigência de ventilação ou mesmo de roteiros de entrada e saída de alunos nas escolas por caminhos distintos, o que não é inviável na maioria das unidades escolares.

Lembremos que 26% das escolas brasileiras não têm acesso ao abastecimento público de água e quase metade (49%) das escolas brasileiras não têm acesso à rede pública de esgoto[2].

Vale ressaltar que as recomendações internacionais - como as oferecidas pelo Relatório da ONU (2020)[3] - sugerem atenção de toda a sociedade em quatro áreas principais:

---

[1] Ver https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/579318/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y

[2] INEP. Censo Escolar. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

[3] Ver ONU. Education during COVID-19 and beyond. 2020. https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-education-during-covid-19-and-beyond. Ver, ainda, UNICEF. Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes. https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf e
UNESCO. Relatório Global de Monitoramento da Educação para 2020. https://gem-report-2020.unesco.org/

a. a forma segura de reabertura das escolas, somente após o controle da transmissão local da COVID-19.

b. as políticas econômicas priorizando a educação no orçamento.

c. a criação de iniciativas de educação para procurar alcançar aqueles que correm maior risco de serem abandonados devido às desigualdades digitais, tais como pessoas em emergências e crises; grupos minoritários de todos os tipos; pessoas deslocadas e pessoas com deficiência.

d. a educação "redesenhada" como "oportunidade geracional" como salto em direção a sistemas progressistas com educação de qualidade para todos.

2. Possibilidades Pedagógicas

O não retorno às aulas exige que soluções pedagógicas sejam construídas para além das tentativas apressadas de Ensino Remoto (ER) até aqui adotadas. Não há pesquisa nacional que ofereça parâmetros para compreendermos o impacto negativo das modalidades de ER adotadas em 2020. Temos, contudo, sinalizações.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Cultiva junto aos docentes dos Institutos Federais do Mato Grosso do Sul indica que os cuidados com os filhos e as atividades domésticas envolvem um ambiente dispersivo para o desenvolvimento de atividades de ensino remoto para 33% dos docentes; 44,6% dos respondentes afirmaram que tiveram conflitos familiares durante o período de pandemia. E, mais: 41% dos respondentes possuem filhos em idade escolar. Nesses casos, 56% dos respondentes informaram que são eles que cuidam dos filhos neste período em que as aulas presenciais foram suspensas. Portanto, estamos presenciando um conflito pessoal e no interior da família na vida dos próprios professores na tentativa de acomodar trabalho remoto com afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Este é um ponto central na elaboração de propostas educacionais neste período pandêmico.

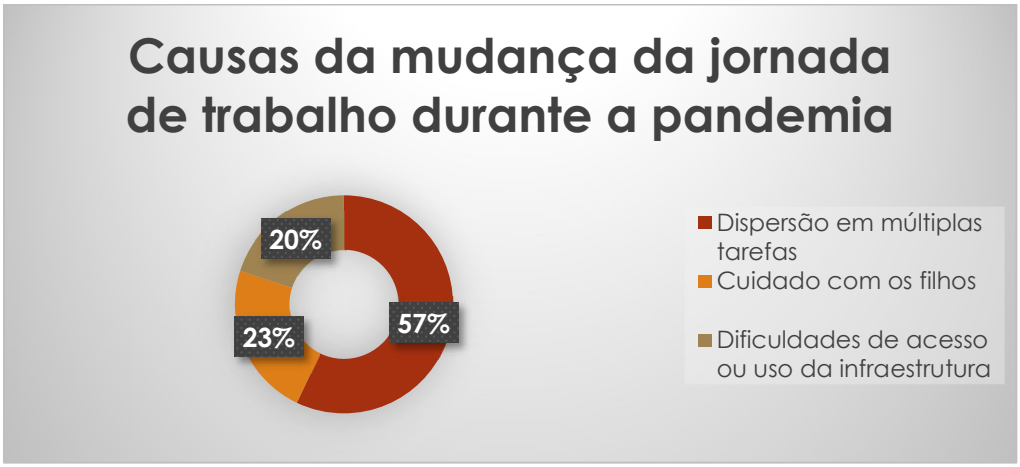


Gráfico da pesquisa realizada entre docentes dos Institutos Federais do Mato Grosso do Sul, janeiro de 2021

Há sinais de depressão e angústia envolvendo educadores brasileiros que indicam o aumento de casos de Síndrome de Burnout.

No caso dos nossos alunos, o impacto emocional de mortes, adoecimentos e queda brusca da renda em suas famílias parece ser importante e exige atenção no atendimento e abordagem dos educandos, assim como preparação do retorno às aulas presenciais. Não se trata de retomada do processo de aprendizagem somente, mas de acolhida e cuidado que envolve situações devastadoras para o equilíbrio social e segurança familiar.

A pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional de Juventude sobre os impactos da pandemia sobre jovens brasileiros de 15 a 29 anos de idade (envolvendo 33 mil jovens) revelou que 1/3 pensam em não retornar às aulas presenciais devido à necessidade de ajudarem na renda familiar e porque não tiveram apoio emocional das escolas quando mais precisavam em suas vidas[4].

Estamos próximos de 218 mil mortes e quase 9 milhões de infectados pelo COVID19 no Brasil. O que parecia ser uma saída rápida do isolamento social – a vacinação em massa – parece que não será tão imediata. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) admitiu que poderá haver atraso na produção da vacina contra a covid-19 causado pela falta do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), importado da China. Em nota divulgada no dia 19 de janeiro, a Fiocruz explicou que ainda aguarda a confirmação do insumo-base para a fabricação das vacinas. Os primeiros lotes da vacina no Brasil, previstos para liberação entre 8 e 12 de fevereiro, possivelmente terão adiamento para março deste ano[5].

[4] Ver https://www.juventudeseapandemia.com/

[5] A Fiocruz segue com o compromisso de entregar 50 milhões de doses até abril deste ano, 100,4 milhões até julho e mais 110 milhões ao longo do segundo semestre, totalizando 210,4 milhões de vacinas em 2021

O impacto econômico e social acirra o quadro de angústia nas famílias dos alunos brasileiros e indica a necessidade de se planejar, desde já, o retorno às aulas presenciais – mesmo que ocorram no segundo semestre deste ano – procurando criar situações de acolhida e cuidado de crianças, adolescentes e educadores marcados pela tragédia sanitária e social[6].

E, finalmente, o problema maior desse retrato brasileiro: a desigualdade de renda. Estima-se que o número de pessoas vivendo com menos de US$ 1,90 por dia no Brasil aumentou para 14,7 milhões em 2020, e a taxa de pobreza extrema chegou a 7% da população, o maior patamar de miseráveis desde 2006, quando 7,2% dos brasileiros viviam nessas condições

A chegada da pandemia interrompeu ações que afetaram radicalmente as classes populares. Em relação à renda familiar, uma pesquisa realizada pela UNICEF mostrou que 40% das famílias brasileiras residem com crianças ou adolescentes com idade entre 0 e 17 anos e 63% dessas famílias tiveram decréscimo de sua renda durante a pandemia, sendo que 33 milhões de brasileiros viram seus alimentos terminarem e 9 milhões deixaram de fazer uma das três refeições por dia (UNICEF, 2020).

A adoção de ER nas redes públicas revelou, ainda, um outro problema pouco aprofundado no Brasil sobre as aulas presenciais: o distanciamento. Pesquisa realizada com pais dos estudantes da rede municipal de ensino de Suzano (SP) sobre o impacto do ER sobre a vida de seus filhos em outubro de 2020 revelou que mais de 70% respondentes perceberam que houve maior proximidade da família com a escola e os professores durante o isolamento social. Para 68,1% dos pais, durante o ER, seus filhos teriam demonstrado mais interesse pelas aulas. Há algo intrigante nessa avaliação dos pais porque sugere que a rotina das escolas e das aulas presenciais não promoviam um diálogo tão contínuo como o ocorrido durante o ER. Não se trata, evidentemente, de uma característica específica da comunicação de cada modalidade de ensino – remoto ou presencial -, mas, antes, um indicador de como as rotinas escolares nem sempre focalizam no diálogo, priorizando indicadores numéricos ou o coletivo em detrimento da proximidade com o aluno e sua família.

Entretanto, o ER não está sendo aplicado no Brasil com acuidade. Uma das decisões apressadas é a adoção da manutenção de módulos-aula de curta duração, sem interação, algo praticamente inexplorado nas plataformas digitais empregadas. Rodas de Conversa, socialização de emoções e angústias, troca de experiências ou relatos do cotidiano, apoios mútuos são ignorados pelos planos de aula remota adotados.

[6] Até o final de 2020, projetava-se uma retração do PIB brasileiro em 5% em 2020 e projeção e taxa de desemprego recorde de 14,6%. Em 1 ano, Brasil perdeu 11,3 milhões de postos de trabalho e, desde maio, menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país.

Modalidades de projetos pedagógicos, como portfólios ou a dinâmica adotada na Pedagogia da Alternância – em que os alunos ficam um longo tempo em suas casas desenvolvendo projetos de pesquisa elaborados para serem desenvolvidos durante uma ou duas semanas para, então, retornar ao espaço de discussão em sala de aula – poderiam ser redesenhados e adaptados à situação atual de ER[7].

A concepção uníssona adotada na modalidade ER no ensino público brasileiro vem interditando justamente a adoção de outras possibilidades de plano de aula (adotando projetos de pesquisa), módulo-aula (mais dilatados, pensados em dias e não em horas), outras plataformas (como rádio, empregado com sucesso no estado de Alagoas) ou mesmo atividades interativas (com busca de cadernos de pesquisa ou projetos, pelo Correio, na casa de cada aluno, para serem socializados entre colegas de sala e avaliados periodicamente pelos professores, como na proposição de portfólio sugerido pelo educador espanhol Fernando Hernandez).

Estamos nos limitando e estamos limitados em termos pedagógicos e até mesmo no uso de tecnologias por ansiedade e pouco tempo de formulação didático-pedagógica.

Se a adoção do ensino remoto, por um lado, nos revelou o anacronismo de concepções pedagógicas e práticas didáticas empregadas em muitos sistemas educacionais, por outro, nos trouxe a premência da elaboração de uma ampla discussão sobre a organização rígida dos tempos escolares, da sequência didática de caráter taylorista e da ausência de prioridade ao desenvolvimento dos vínculos relacionais à convivência e inteligência socioemocional.

Enfim, o ideal da escola inclusiva nunca foi tão necessário. O professor deverá estar atento ao que cada um dos seus conseguiu aprender e planejar suas ações pedagógicas considerando a diversidade de capacidade de aprendizagem de sua turma. Estratégias de ensino que partam do que os alunos sabem, de seus questionamentos e que os provoquem a refletir e pesquisar, podem elevar o patamar de conhecimento de toda a turma. Para que essa ação aconteça é necessário que novos tempos e novos espaços sejam criados no ambiente escolar, proporcionando aos professores arranjos grupais diferenciados que possibilitem sua atenção para diferentes situações educacionais.

E, para que essa educação floresça, é necessário que o espaço escolar seja organizado por outra lógica, pelo compromisso com a diversidade humana que

[7] A Pedagogia da Alternância foi originalmente elaborada e empregada em escolas rurais da França e desde a década de 1970 foi implantada gradativamente no Brasil. Trata-se de modalidade de ensino em semi-internato, onde os estudantes residem nas escolas durante uma quinzena e, na quinzena seguinte, desenvolvem projetos de pesquisa na sua residência. No Brasil, esta concepção pedagógica se desenvolveu na rede de Escolas Família Agrícola (EFAs), onde os pais dos alunos ajudam na manutenção dos equipamentos escolares, como oferta de alimentos, reformas e discussões sobre projeto pedagógico em curso. Os planos de aula são projetados a partir desta lógica de alternância família-escola em períodos quinzenais, reconfigurando o módulo-aula rígido do ensino regular.

inclui diferentes formas de comunicação, de ritmos de aprendizagem e de maneiras de assimilação do conteúdo. Enquanto muitos alunos estão assistindo a uma exposição do professor, grupos pequenos podem estar pesquisando ou recebendo orientações mais precisas quanto a determinado conteúdo. Nessa escola, as crianças e jovens poderão praticar o exercício da autonomia, respeitando as regras, definidas no coletivo, esclarecidas e atualizadas, em um ambiente de liberdade e de responsabilidade, com o apoio do adulto.